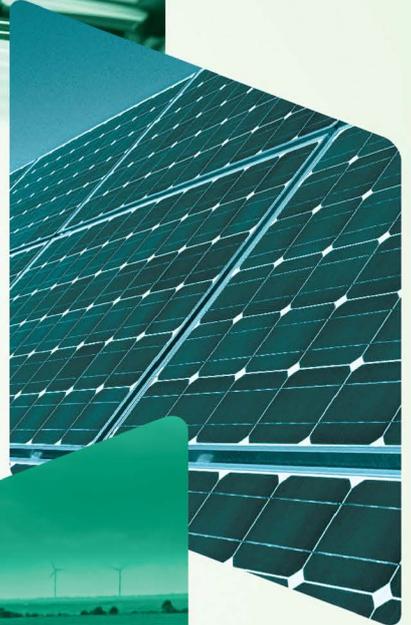


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º SEMESTRE DE 2023



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo. O Banco atua também no Mato Grosso do Sul, por esse ser um estado limítrofe da Região e integrar o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

Na conjuntura internacional, a elevação das taxas de juros nas principais economias mundiais, Europa e Estados Unidos, conseguiu reduzir as taxas de inflação durante o ano de 2023. No entanto, pelo aquecimento do mercado de trabalho e do ritmo das atividades econômicas a queda não ocorreu conforme o esperado. Como resultado, os respectivos Bancos Centrais não diminuíram as taxas de juros até o momento, acreditando que a inflação deva se estabilizar num nível ainda mais baixo.

Já a China apresenta outra situação, com a inflação controlada e perto da neutralidade. As taxas de juros foram reduzidas ao longo do ano para estimular os investimentos e o consumo, em que pese a desaceleração significativa da economia a níveis inferiores aos observados antes da pandemia.

No Brasil, o arranjo macroeconômico é diverso dos apresentados acima. A inflação diminuiu com a manutenção das elevadas taxas de juros em 2023. A redução do nível de preços foi bastante satisfatória, resultando no início gradual da contração dos juros no segundo semestre do ano. Em paralelo, o Produto Interno Bruto (PIB) obteve um crescimento surpreendente, influenciado pelo desempenho bastante favorável da produção agrícola, o que, por sua vez, contribuiu intensamente para o elevado superávit comercial. Nesse contexto, importante frisar a tendência de queda na taxa de desemprego, o que auxilia o comércio e os serviços, atividades fortemente relacionadas ao consumo das famílias.

A Região Sul do Brasil obteve crescimento similar ao da economia nacional, porém com diferenças de performance quando considerados os respectivos estados que a compõe. A estiagem ocorrida no início do ano, no Rio Grande do Sul impactou negativamente o seu PIB, considerando os efeitos diretos e indiretos da agropecuária nos demais setores da economia. Nos outros estados, Santa Catarina e Paraná, o desempenho foi maior que o do Brasil.

Como banco de fomento, o BRDE possui como sua estratégia o financiamento aos investimentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável, principalmente a geração de energia renovável, dos projetos inovadores, das micro e pequenas empresas, do agronegócio e dos municípios. Em relação ao desempenho do Banco na concessão de crédito, em 2023, foram R\$ 5,8 bilhões em contratações de financiamento, um aumento de 32,1% em comparação ao ano anterior. Desse montante, 80,9% são aderentes a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Pela característica da Região na produção de alimentos, o BRDE apoia fortemente os produtores rurais, sobretudo aqueles ligados à agricultura familiar, às cooperativas agroindustriais e às demais empresas do agronegócio. Nesse ano, R\$ 2,7 bilhões foram destinados a essas atividades.

Destacam-se também os investimentos em energia, segmento estratégico ao BRDE, pela segurança energética e pelo menor impacto ao meio ambiente. Foram R\$ 970 milhões para a geração de energia por fontes renováveis e eficiência energética nesse ano. Já o amplo apoio à inovação pode ser verificado pelos R\$ 697,6 milhões em financiamentos contratados para projetos inovadores.

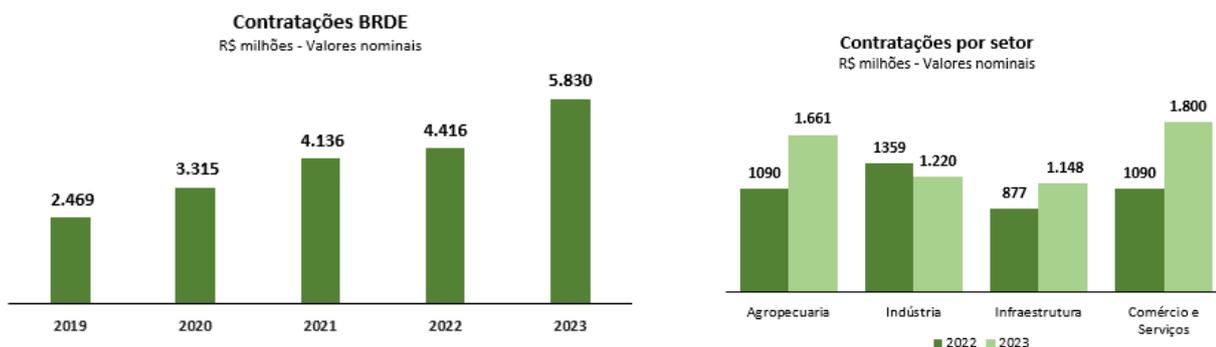
Ainda em 2023, além da referida estiagem, outros eventos climáticos foram verificados. As enchentes do segundo semestre nos três estados da Região Sul provocaram milhares de desabrigados, além de prejuízos na infraestrutura instalada, na produção agropecuária e nos negócios. Em ambas as situações, o BRDE foi solidário com os produtores rurais e empresários possibilitando o refinanciamento dos seus contratos e uma linha de crédito emergencial para a retomada das atividades econômicas.

Com essa performance, a carteira de crédito do BRDE segue apresentando consistente aumento, atingindo a nova marca de R\$ 17,8 bilhões em 2023. Pelo lado financeiro, o Banco apresentou um lucro de R\$ 517,2 milhões, refletindo o aumento das rendas provenientes da concessão de crédito aliado a baixa inadimplência.

Desempenho Operacional

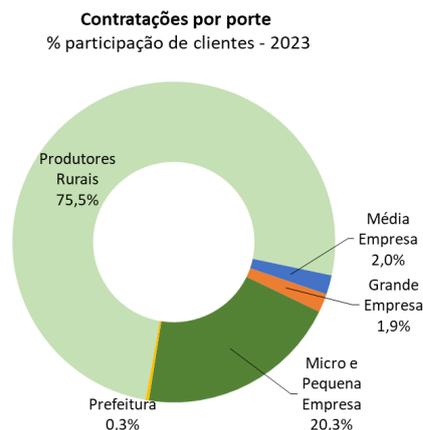
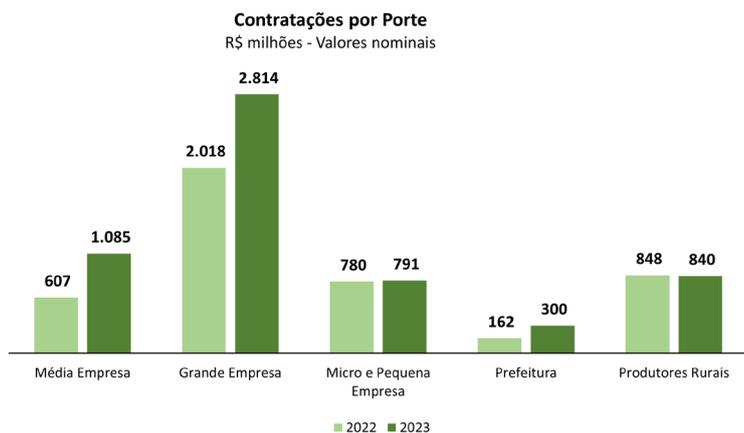
As contratações de financiamento do BRDE seguiram crescendo em 2023, mantendo a trajetória ascendente dos últimos anos. O volume de crédito contratado bateu novo recorde, superando os R\$ 5,8 bilhões, contemplando diversos tipos de empreendimentos, no campo e na cidade, espalhados pela região de atuação do BRDE.

Verificando as contratações de crédito pelos setores da economia, o comércio e serviços foi o setor com maior volume de contratações em 2023: R\$ 1,8 bilhão, apresentando uma variação de 65,3% em relação ao ano anterior. Em seguida, a agropecuária com R\$ 1,6 bilhão em créditos contratados, 52,5% maior que em 2022. A indústria e a infraestrutura tiveram praticamente o mesmo nível de recursos, de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.



As contratações de financiamento concedido pelo BRDE por porte seguem um padrão e, nesse ano, não foi diferente. O maior volume foi contratado por grandes empresas, R\$ 2,8 bilhões, sendo a maioria dessas contratações relativas às cooperativas agroindustriais, correspondendo a 47,9% do financiamento para grandes empresas.

Os financiamentos para micro e pequenas empresas totalizaram R\$ 791 milhões, e para os produtores rurais R\$ 839,8 milhões. As contratações de crédito com prefeituras aumentaram nos últimos dois anos, atingindo R\$ 300,4 milhões em 2023, contemplando investimentos em iluminação pública, saneamento e melhorias de vias urbanas. Já pelo número de contratações em 2023, 75,5% foram para produtores rurais, na sua maioria agricultores familiares, e 20,3% correspondem aos contratos com micro e pequenas empresas, evidenciando o amplo acesso dos pequenos empreendedores ao crédito do BRDE.

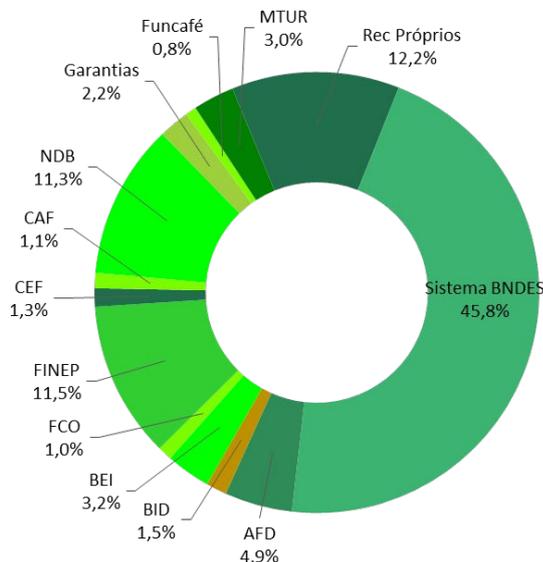


Em 2023, o Banco operou recursos próprios e de 11 instituições financeiras parceiras. O Sistema BNDES segue sendo o principal *funding* do BRDE, participando com 45,8% do total contratado. Nesse ano, o Banco alcançou o recorde de contratações com fontes externas, R\$ 1,3 bilhão, aumento de 180,4% em relação a 2022, a partir de recursos captados com: a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), o Banco Europeu de Investimentos (BEI), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB). Essas fontes corresponderam a 22,1% no total de operações contratadas.

Nesse ano, em particular, o financiamento para inovação alcançou valores inéditos, R\$ 697,6 milhões, 279,8% superior a 2022. A maioria dessas contratações foi proporcionada pelos recursos da Finep, a qual correspondeu a 11,5% do total contratado pelo Banco, sendo a terceira maior fonte utilizada. Em 2023, o BRDE participou com 42,0% de todos os financiamentos concedidos no Brasil pela Finep através dos seus agentes credenciados.

O BRDE também contou com recursos específicos para empreendimentos turísticos, do Ministério do Turismo (MTUR) pelo Fundo Geral de Turismo – Fungetur, que totalizaram 3,0% de todas as operações de crédito, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para apoio as empresas e produtores rurais sediados no Mato Grosso do Sul, que representaram 1,0%, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) operacionalizados pela Caixa Econômica Federal (CEF), para apoio às prefeituras, que participaram com 1,3%, e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, com 0,8% das contratações totais do Banco no semestre.

Contratações por fonte de recursos
% de participação - 2023



Nesse ano, o BRDE efetivou R\$ 2,7 bilhões em crédito para o agronegócio, incluindo as cooperativas de produção, produtores rurais de todos os portes e demais empresas do segmento. Dessa forma, o agronegócio como um todo contempla investimentos do setor agropecuário, da indústria, do comércio e dos serviços.

Destaca-se a histórica parceria com o cooperativismo agropecuário, construída por meio de financiamentos de longo prazo concedidos pelo Banco para os projetos de expansão, verticalização e modernização destas empresas, o que tornou o BRDE uma referência no crédito para as cooperativas. Nesse ano, R\$ 1,4 bilhão foi concedido para cooperativas agroindustriais. Nesse tipo de operação de crédito, são considerados os ganhos proporcionados a toda cadeia que compõe as atividades dessas cooperativas, as quais contemplam a industrialização de produtos originados de milhares de produtores rurais.

Também no agronegócio estão contempladas as operações pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), o qual tem no BRDE um dos seus principais agentes financeiros. Em 2023, o BRDE financiou R\$ 802,7 milhões para diversos investimentos proporcionados pelo Programa, beneficiando 4.622 produtores familiares.

Destaques Financeiros

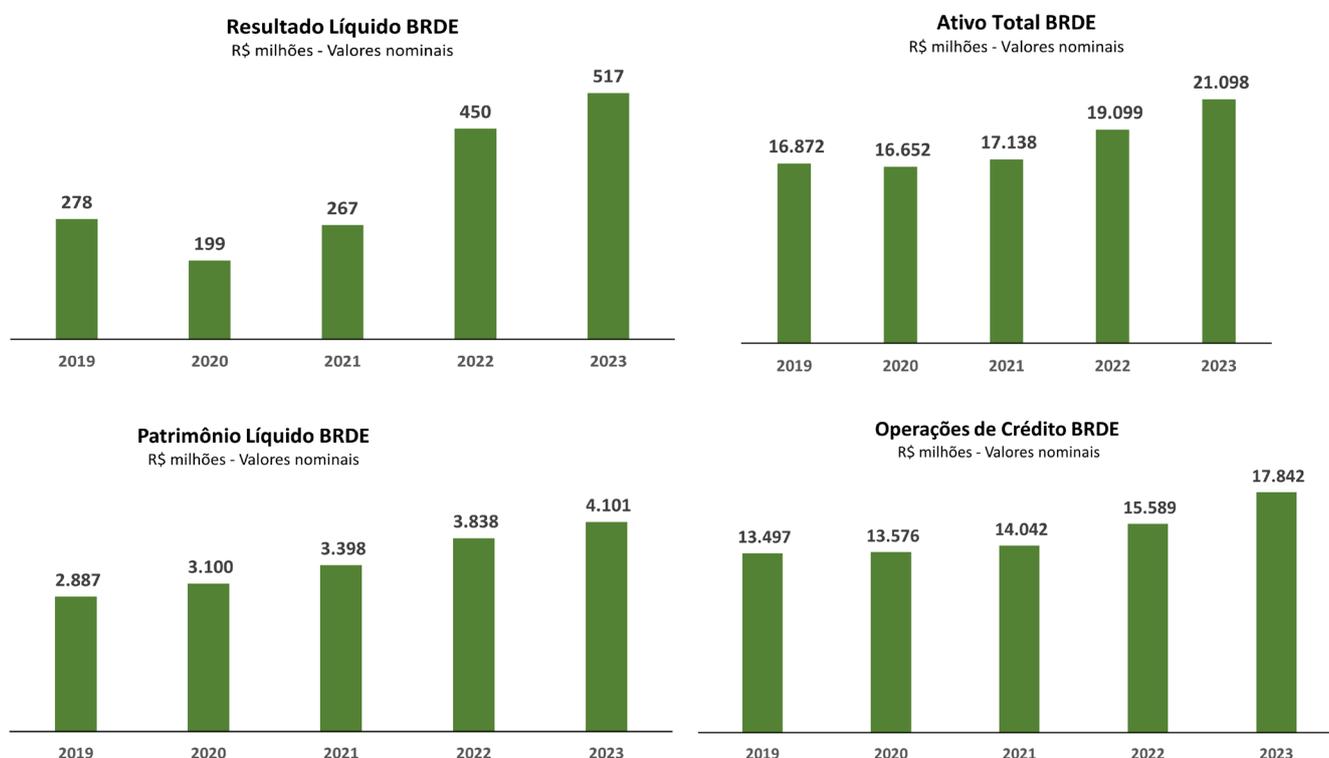
O lucro líquido do BRDE foi de R\$ 517,2 milhões, superando em 15,0% o obtido em 2022. O resultado foi maior do que o estimado nas projeções internas, demonstrando a sustentabilidade financeira do Banco, um dos seus Objetivos Estratégicos. Essa performance foi alcançada, principalmente, pelo aumento das rendas de operações de crédito (19,8%) e pela redução das despesas tributárias decorrente da apuração de juros sobre o capital próprio.

O ativo total do BRDE aumentou 10,5% em comparação ao ano anterior, finalizando o ano em R\$ 21,1 bilhões, influenciado majoritariamente pelo crescimento da carteira de crédito do Banco. O Patrimônio Líquido (PL) do BRDE seguiu o movimento ascendente, fechando o ano em R\$ 4,1 bilhões, o que corresponde um aumento de 6,8% em relação a 2022. O aumento do PL está relacionado aos lucros realizados, os quais são integralizados anualmente. O PL do BRDE

proporciona maior alavancagem e capacidade financeira para o Banco financiar o desenvolvimento da sua região de atuação.

O saldo das operações de crédito e os repasses financeiros do BRDE aumentaram 14,5% em 2023, atingindo o montante de R\$ 17,8 bilhões. Esse desempenho é fruto do sucesso na aplicação do crescente volume de recursos disponíveis nos últimos anos, a partir da diversificação de *fundings*. A carteira é composta por 36,9 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.214 municípios, sendo 1.142 da Região Sul. Ressalta-se que os financiamentos do BRDE estão presentes em 95,9% dos municípios da Região Sul.

O índice de inadimplência, a partir de 90 dias, manteve sua estabilidade em baixo patamar, alcançando 0,62% em dezembro. Nesse exercício, o BRDE fechou com o Índice de Basileia de 21,2 mantendo níveis adequados de capitalização.



Rating

Anualmente, o BRDE é submetido à avaliação de risco de agências de rating conceituadas do mercado financeiro internacional.

Na análise realizada pela Fitch Ratings em agosto de 2023, os IDRs (Issuer Default Ratings – Ratings de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Estrangeira e Local do BRDE foram elevados de “BB-” para “BB”, com a manutenção da Perspectiva Estável, em linha com a revisão de Perspectiva dos estados controladores do Banco e com o rating soberano atribuído ao Brasil.

A Moody’s Investors Service elevou, em novembro de 2023, o rating global de longo prazo do BRDE de “ba2” para “ba3”, com Perspectiva Estável. Assim, o rating do BRDE passa a ser igual

ao da União, ou seja, está em linha com o rating soberano do Brasil. A Moody's realçou o papel do banco no fomento ao desenvolvimento nos estados da Região Sul, apoiado em práticas disciplinadas de gestão de riscos, com capitalização robusta, que fornece capacidade adequada de absorção de eventuais perdas. Destacou também o índice de capital, assim como a concentração em sua base de financiamento, proveniente predominantemente do BNDES e agências multilaterais - fontes estas, segundo a agência, que têm sido menos voláteis em momentos mais restritivos do mercado - além do risco de crédito, apoiado em elevados níveis de garantias.

Já a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local") elevou, em outubro, o rating de emissor do BRDE de "A.br" para "A+.br", com perspectiva positiva. A elevação do rating do Banco reconhece a melhora gradual da sua estrutura de captação nos últimos cinco anos, com redução na concentração dos repasses do BNDES e o acesso às captações com entidades multilaterais. Adicionalmente, o perfil de crédito do Banco também se beneficiou da manutenção da rentabilidade, que preservou seus elevados níveis de capital via integralização dos resultados.

Programa BRDE de Captação de Recursos no Mercado de Capitais

A captação de recursos via emissão de títulos de renda fixa é estratégica para o BRDE e ocorre dentro de sua política de diversificação de *fundings*. O BRDE lançou, em junho de 2023, o Programa BRDE de Captação de Recursos no Mercado de Capitais mediante distribuição direta. O objetivo do Programa é promover de forma recorrente a captação de recursos por meio da emissão de instrumentos financeiros a clientes e parceiros do BRDE. Para viabilizar a oferta de seus títulos no varejo, em linha com o previsto no Planejamento Estratégico, o Banco avançou em 2023 na implantação de soluções tecnológicas para gestão da atividade, o que permitirá escalar o novo negócio. A expectativa é permitir que essas captações ocorram de forma pulverizada a partir do segundo trimestre de 2024. Com esses movimentos, o BRDE também poderá se voltar às emissões de instrumentos financeiros vinculados à pauta ESG, cada vez mais relevante em seu posicionamento institucional.

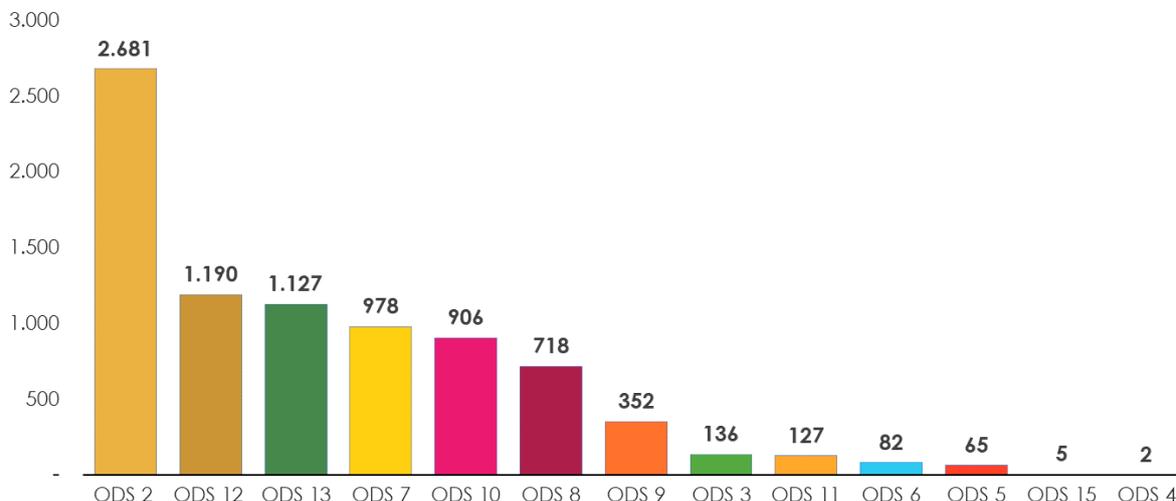
Destaques Institucionais

Apoio à sustentabilidade

As contratações de crédito do BRDE somaram R\$ 5,8 bilhões em 2023, dos quais 80,9% do montante contratado possuem alinhamento a pelo menos um Objetivo Sustentável. Esse índice é chamado de percentual de aderência ou Visão das Operações. Ou seja, nesse ano, o Banco disponibilizou R\$ 4,7 bilhões em crédito para projetos que ajudam no esforço global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No gráfico a seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelo crédito realizado pelo BRDE:

Contratações de financiamento por ODS - R\$ milhões



Pelas características das atividades produtivas de sua região de atuação, o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável foi o Objetivo que contou com uma maior contribuição do BRDE. Nesse ano, foram financiados R\$ 2,7 bilhões em investimentos nas cooperativas agroindustriais, na agricultura familiar, armazenamento de grãos, projetos de integração lavoura/pecuária, sistema de irrigação, recuperação e manejo de solo, entre outras finalidades.

O amplo apoio financeiro aos projetos sustentáveis é verificado nos valores alinhados aos ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis, com R\$ 1,2 bilhão, e ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, com R\$ 1,1 bilhão. Muitos dos investimentos financiados enquadrados nesses dois ODS foram para a geração de energia por fontes renováveis, como fotovoltaica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e biomassa, além de projetos de eficiência energética e uso ou reciclagem de resíduos.

A partir desse acompanhamento de todas as operações de crédito, o BRDE apresenta para a sociedade os retornos da sua atuação como instituição pública de desenvolvimento.

ONU UNEP-FI

O BRDE tornou-se integrante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em sua iniciativa financeira (UNEP-FI), e signatário dos Princípios para a Responsabilidade Bancária (Principles for Responsible Banking). O Banco é a primeira instituição regional de fomento do Brasil a aderir ao compromisso. A UNEP (ou PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) é a principal autoridade ambiental global que determina a agenda internacional sobre o tema, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Unidas e serve como defensor do meio ambiente no mundo.

Os Princípios para a Responsabilidade Bancária são um instrumento utilizado pela UNEP-FI para trabalhar com a comunidade bancária e promover a sustentabilidade. São princípios para acelerar uma transição global positiva para as pessoas e o planeta, garantindo que a estratégia e a prática dos bancos estejam alinhadas com a visão que a sociedade estabeleceu para o seu futuro nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e no Acordo Climático de Paris.

BRDE na COP28

O BRDE, na pessoa do seu Presidente João Paulo Kleinübing, participou em importantes encontros sobre temas ligados à agenda climática durante a COP28, nos Emirados Árabes. O BRDE integrou o painel organizado pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), instituição do Grupo Banco Mundial, com o tema “Ação climática e mobilização do setor privado por meio das empresas públicas”. Juntamente com outras lideranças internacionais, Kleinübing falou sobre o papel dos bancos públicos para o avanço do desenvolvimento sustentável.

O painel discutiu ainda o papel das empresas públicas na promoção de uma mudança para uma economia resiliente e de baixo carbono. Além do BRDE e do Banco Mundial, o encontro reuniu representantes de organizações como o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e *Banca de Desarrollo Territorial* (Findeter).

O Banco também foi um dos convidados para integrar o painel promovido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) durante a COP28. O encontro reuniu secretários de estado e lideranças para tratar do compromisso dos estados brasileiros no enfrentamento às mudanças climáticas, descarbonização e principais estratégias para aumentar a resiliência dos territórios.

Ainda durante a COP28, o BRDE participou de reuniões com organismos internacionais, como a JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), Banco Europeu de Investimento (BEI) e KfW - Banco da Alemanha para discutir possibilidades de captações de recursos.

Apoio aos municípios atingidos pelos eventos climáticos extremos

A Região Sul vem apresentando o maior número de pessoas afetadas por desastres naturais do Brasil. No início desse ano, a terceira estiagem consecutiva afetou o Rio Grande do Sul. Já no segundo semestre, ocorreram enchentes severas no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, no Vale do Itajaí e no Oeste de Santa Catarina, e no Centro e no Oeste do Paraná provocando milhares de desabrigados, além de prejuízos na infraestrutura instalada, na produção agropecuária e nos negócios.

O BRDE, como instrumento de política pública voltado ao crédito, disponibilizou aos seus clientes atingidos pela estiagem e pelas enchentes a suspensão temporária do pagamento de empréstimos e o alongamento dos prazos das operações de crédito em andamento. Essas renegociações beneficiaram 73 clientes de 48 municípios afetados pelos eventos e somaram R\$ 75,4 milhões. O Banco também proporcionou linhas de crédito emergencial para a retomada das atividades econômicas.

Pronampe Emergencial SC

Em novembro, o Governo de Santa Catarina criou, em parceria com o BRDE, o Programa Emergencial de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Catarinenses (Pronampe Emergencial SC). O objetivo é estimular a rápida reconstrução e recuperação dos empreendimentos produtivos afetados por desastres naturais, catástrofes climáticas e situações correlatas, localizados em municípios catarinenses em situação de emergência ou em estado de calamidade pública. O Programa, com recursos que somam R\$ 150 milhões, contempla capital de giro para micro e pequenas empresas com valor de até R\$ 150 mil por empresa. O Pronampe

permite o subsídio parcial dos juros das operações pelo Governo de Santa Catarina e tem o BRDE como um dos responsáveis por operacionalizar a linha. O Programa entrou em operação no dia 18 de dezembro e, em duas semanas, o BRDE contratou todas as 790 solicitações de financiamento recebidas, as quais somaram R\$ 104,2 milhões em crédito.

Apoio à Inovação

O fomento à inovação é um objetivo estratégico constante para o BRDE. Para contemplar esse tema, o Programa BRDE INOVA congrega os principais instrumentos de apoio a inovação utilizados pelo Banco, dividido em três frentes de atuação: financiamentos, aporte de capital via Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e programas de aceleração de *startups*, BRDE Labs.

Além do financiamento aos projetos inovadores, já mencionado, o BRDE tem participação em FIPs com atuação nacional, contribuindo para que uma parte significativa de recursos dos Fundos seja aplicada em empresas com sede na Região Sul, já que, ao se tornar cotista do Fundo, o BRDE exige, no mínimo, que o capital subscrito pelo Banco seja direcionado às empresas de sua região de atuação. O BRDE é cotista dos FIPs Criatec 3, FIP Anjo, TM3 Capital VC4 e Criatec 4, esse último criado nesse ano. Nesses FIPs, o BRDE subscreveu R\$ 47 milhões, dos quais já integralizou R\$ 27,6 milhões até 2023.

Programa BRDE Labs

O Programa BRDE Labs é um instrumento criado para acelerar o desenvolvimento do ambiente de inovação na Região Sul. O objetivo do programa é tornar-se um instrumento contínuo de apoio não-creditício às *startups*, tendo o BRDE como um agente do setor público em sintonia com as necessidades do mercado ligado à inovação. O Programa tem como foco a aceleração de *startups*, de forma a alavancar recursos futuros ou parcerias que contribuam para o seu êxito operacional, oferecendo, de forma gratuita, capacitação e oportunidades para geração de negócios.

A quarta edição do BRDE Labs do Paraná teve novamente a parceria da Aceleradora Hotmilk da PUCPR e da AMCHAM. Esse ano, o tema do programa é “Inovação verde e de equidade”, com desafios voltados para a área. Ao total, foram inscritas 182 *startups*, as quais apresentaram 356 propostas de soluções para os 31 desafios lançados por 10 empresas âncoras participantes do programa. Das *startups* inscritas, 75 apresentaram seus pitches e dez chegaram à fase final de aceleração.

O BRDE Labs coordenado pela Agência do Rio Grande do Sul, teve a sua quarta edição novamente em parceria com a Feevale Techpark. Nesse ano, as áreas prioritárias foram agronegócio, saúde, indústria, comércio e serviços, relacionadas com as 14 empresas âncoras participantes. O Programa recebeu inscrições de 61 *startups*. Após a finalização do *warm-up*, etapa classificatória em que 32 *startups* foram avaliadas por meio de um *pitch* on-line, 14 (mais duas suplentes) foram escolhidas para participar de workshops, metodologia aplicada e mentorias, além de terem a oportunidade de fazer conexões com grandes empresas para a geração de negócios. Nessa edição, os resultados foram bem relevantes, o que demonstra a evolução do Programa. Foram 6 *startups* direcionadas à Fundos de Investimento, 44 propostas comerciais encaminhadas e 23 Provas de Conceitos (POCs) realizadas.

O segundo BRDE Labs Santa Catarina obteve 201 startups inscritas de todas as regiões do estado. Dessas empresas, 100 startups foram selecionadas para participar do Programa. O BRDE Labs, em parceria com a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), teve o objetivo de fortalecer empresas em fase de operação e tração. Por meio de workshops on-line, ferramentas e mentorias durante quatro meses, as startups selecionadas receberam apoio na estruturação e validação das estratégias e processos internos para que conseguissem ter modelos de negócio e comercial viáveis e escaláveis. Na etapa seguinte, as 45 startups que obtiveram os melhores desempenhos ao longo do Programa participaram das bancas regionais conforme sua localização: Oeste, Serra, Vale do Itajaí, Sul, Norte e Grande Florianópolis. Ao final, as 12 startups mais bem avaliadas foram premiadas.

Parceiras Público-Privadas (PPP)

O BRDE trabalha como aliado dos estados e dos municípios de sua região de atuação para viabilizar a estruturação de Parceiras Público-Privadas (PPPs). Essa atividade é um dos focos do Banco, presente no Planejamento Estratégico do BRDE.

Em 2023, além do contrato com o Município de Santa Maria, o Banco celebrou contratos de prestação de serviços com os Municípios de Sapiranga e de Santa Cruz do Sul, todos no Rio Grande do Sul, para estruturação da PPPs de iluminação pública nas cidades. Nestes projetos, o BRDE é responsável por coordenar a estruturação completa do projeto de concessão, o que contempla o diagnóstico da infraestrutura atual, modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica, bem como suporte no processo licitatório.

O Município de Santa Maria está com o projeto na fase final, com o edital de concessão já publicado.

O objetivo em comum desses projetos é a delegação, mediante concessão administrativa, do Serviço Público de iluminação pública nos municípios, incluídas a modernização, eficiência, expansão, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública. Mediante a implementação desses projetos pretende-se, principalmente, qualificar o sistema com a substituição de pontos de luz para tecnologia LED, o que representa maior segurança aos moradores e redução dos gastos com o consumo de energia elétrica.

Em outra frente, o BRDE também financia projetos estruturados por PPPs, como foi o caso do novo hospital de Pinhais, no Paraná. O investimento de R\$ 124 milhões será realizado pela empresa vencedora do processo licitatório, sendo R\$ 62 milhões financiados pelo BRDE com recursos captados junto à AFD. O hospital, com foco no atendimento neonatal contará com 90 leitos, sendo 20 deles de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), dos quais metade será para adultos e a outra metade para o cuidado com recém-nascidos. O atendimento do hospital será integralmente para os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como desdobramento da excelente atuação no setor, em dezembro de 2023 o BRDE firmou dois termos de cooperação com o estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Parcerias. No primeiro, o escopo do acordo é atuar como parceiro e estruturador nos projetos cadastrados no programa Impulsiona RS, que objetiva incentivar, acompanhar e apoiar os municípios do estado do Rio Grande do Sul no desenvolvimento de projetos de concessões de serviços públicos e de PPPs. O segundo termo de parceria tem por escopo a seleção de projetos a serem futuramente desenvolvidos na área de modernização da gestão do estado, em especial pela elaboração de projetos e estudos preparatórios para licitação de concessões de ativos, parcerias público-privadas e demais formas de participação privada nos negócios públicos.

Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)

O BRDE é agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA desde 2012. O Fundo é gerenciado pela Agência Nacional de Cinema – Ancine, e destina-se ao desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil, via utilização de diferentes instrumentos financeiros, tais como investimentos, financiamentos, operações de apoio e de equalização de encargos financeiros. Em 2023 o BRDE lançou 7 novos editais de chamadas públicas para investimento no setor, que disponibilizaram aproximadamente R\$ 730,9 milhões. Nesse ano, o BRDE operacionalizou 424 contratos que totalizaram R\$ 535,6 milhões, contemplando 330 projetos audiovisuais de 70 empresas.

Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo as suas aprovações de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br).

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Divulgação de Informações de Risco, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Relatório de Pilar 3 – Disciplina de Mercado) em relação à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 é encontrado na seguinte seção do site do BRDE: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/>. Está disponível também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3>.

Agradecimentos

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos com os estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.

ATIVO	Nota	2023	2022
Disponibilidades	5	91.707	108.573
Instrumentos financeiros		20.923.150	18.834.853
Títulos e valores mobiliários	6	3.001.497	3.167.279
Operações de crédito	7	17.733.229	15.464.679
Outros instrumentos financeiros	8	188.424	202.895
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(417.556)	(310.553)
Outros ativos		134.888	152.540
Rendas a receber		8.344	14.843
Devedores por depósitos em garantia		69.233	64.221
Outros créditos	10	18.985	34.189
Ativos não financeiros mantidos para venda		41.174	40.986
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de outros ativos		(2.848)	(1.699)
Créditos tributários	17.2	315.387	258.416
Investimentos		602	602
Imobilizado	11	40.708	40.304
Imobilizado de uso		75.527	72.686
(-) Depreciação acumulada		(34.819)	(32.382)
Intangível	11	9.505	14.418
Ativos intangíveis		51.359	50.186
(-) Amortização acumulada		(41.854)	(35.768)
TOTAL DO ATIVO		21.098.391	19.099.153
PASSIVO	Nota	2023	2022
Depósitos a prazo		78.314	11.832
Instrumentos financeiros		15.486.854	13.891.240
Repasse do país	12.1	13.568.421	12.516.703
Empréstimos e repasses do exterior	12.1	1.913.948	1.368.054
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	4.485	6.483
Outras obrigações		996.003	922.911
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	494.546	605.074
Impostos e contribuições sobre o lucro		162.208	239.621
Outros impostos e contribuições		16.268	16.230
Outras obrigações	14	322.981	61.986
Provisões		132.342	127.294
Provisão para garantias financeiras prestadas	15	281	4.638
Provisão para contingências	16	100.426	92.185
Provisão para pagamentos a efetuar		31.635	30.471
Obrigações fiscais diferidas	17.2	68.850	48.769
Passivo atuarial	18	234.705	258.802
Patrimônio Líquido	19	4.101.323	3.838.305
Capital social		2.225.541	1.971.507
Reservas de lucro		1.968.027	1.983.628
Outros resultados abrangentes		(92.245)	(116.830)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.098.391	19.099.153

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Nota	2º semestre		Exercício	
		2023	2022	2023	2022
Receitas de intermediação financeira		1.149.614	1.017.254	2.216.418	1.878.281
Operações de crédito	7.5	1.000.846	855.605	1.901.867	1.571.208
Resultado com títulos e valores mobiliários		148.768	161.649	314.551	307.073
Despesas de intermediação financeira		(674.914)	(455.558)	(1.114.397)	(778.608)
Operações de captação		(3.303)	(2.114)	(4.046)	(3.862)
Operações com empréstimos e repasses	12.2	(501.872)	(422.580)	(952.532)	(748.069)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(168.939)	(28.869)	(154.056)	(16.081)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.2	(800)	(1.995)	(3.763)	(10.596)
Resultado da intermediação financeira		474.700	561.696	1.102.021	1.099.673
Receitas operacionais		38.873	57.688	69.960	99.750
Receitas de prestação de serviços	20	28.075	23.742	50.352	44.907
Outras receitas operacionais	21	10.798	33.946	19.608	54.843
Despesas operacionais		(237.604)	(209.304)	(436.490)	(389.548)
Despesa com pessoal	22	(121.606)	(111.445)	(231.512)	(207.497)
Outras despesas administrativas	23	(51.182)	(40.831)	(85.753)	(67.719)
Despesas tributárias	24	(29.932)	(29.617)	(60.584)	(56.672)
Outras despesas operacionais	25	(34.884)	(27.411)	(58.641)	(57.660)
Despesas com provisões		(7.276)	(5.763)	(20.722)	(15.463)
Trabalhistas		(3.957)	(3.008)	(6.074)	(6.433)
Cíveis e fiscais		(2.330)	(2.755)	(12.468)	(5.187)
Garantias financeiras prestadas		(989)	-	(2.180)	(3.843)
Resultado operacional		268.693	404.317	714.769	794.412
Outras receitas e despesas		2.590	4.685	6.344	8.020
Resultado antes dos tributos e participações		271.283	409.002	721.113	802.432
Impostos sobre o lucro	17.2	8.609	(178.291)	(186.295)	(335.991)
Corrente		(31.310)	(160.306)	(231.659)	(316.317)
Diferido		39.919	(17.985)	45.364	(19.674)
Participações no lucro		(3.262)	(1.042)	(17.568)	(16.850)
RESULTADO LÍQUIDO		276.630	229.669	517.250	449.591
Resultado líquido básico e diluído por ação (lotes de 1000 ações)		0,14	0,12	0,26	0,23

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do período	276.630	229.669	517.250	449.591
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.264	337	1.099	(1.160)
Variação do valor de mercado	1.604	250	1.303	(2.109)
Efeito tributário	(340)	87	(204)	949
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Benefício pós-emprego	(52.623)	(17.009)	(25.684)	(8.440)
Variação do passivo atuarial	(67.619)	(24.217)	(34.362)	(14.825)
Efeito tributário	14.996	7.208	8.678	6.385
Total dos outros resultados abrangentes	(51.359)	(16.672)	(24.585)	(9.600)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	225.271	212.997	492.665	439.991

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Capital Social		Reservas de lucro	Outros	Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Fundo Regimental	Resultados Abrangentes		
Saldos em 01/07/2022	1.734.924	107.859	1.882.683	(100.158)	-	3.625.308
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	-	337	-	337
Ajuste avaliação atuarial	-	-	-	(17.009)	-	(17.009)
Aumento de capital (nota 19)	236.583	(107.859)	(128.724)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	229.669	229.669
Constituição de reservas	-	-	229.669	-	(229.669)	-
Saldos em 31/12/2022	1.971.507	-	1.983.628	(116.830)	-	3.838.305
Saldos em 01/07/2023	2.094.339	-	2.101.416	(143.604)	-	4.052.151
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	-	(1.264)	-	(1.264)
Ajuste avaliação atuarial	-	-	-	52.623	-	52.623
Aumento de capital (nota 19)	131.202	-	(131.202)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(278.817)	-	-	(278.817)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	276.630	276.630
Constituição de reservas	-	-	276.630	-	(276.630)	-
Saldos em 31/12/2023	2.225.541	-	1.968.027	(92.245)	-	4.101.323
Saldos em 01/01/2022	1.734.924	-	1.770.620	(107.230)	-	3.398.314
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	-	(1.160)	-	(1.160)
Ajuste avaliação atuarial	-	-	-	(8.440)	-	(8.440)
Aumento de capital (nota 19)	236.583	-	(236.583)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	449.591	449.591
Constituição de reservas	-	-	449.591	-	(449.591)	-
Saldos em 31/12/2022	1.971.507	-	1.983.628	(116.830)	-	3.838.305
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	-	(1.099)	-	(1.099)
Ajuste avaliação atuarial	-	-	-	25.684	-	25.684
Aumento de capital (nota 19)	254.034	-	(254.034)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(278.817)	-	-	(278.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	517.250	517.250
Constituição de reservas	-	-	517.250	-	(517.250)	-
Saldos em 31/12/2023	2.225.541	-	1.968.027	(92.245)	-	4.101.323

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre o lucro e participações	271.283	409.002	721.113	802.432
Ajuste que não afetam o caixa das atividades operacionais	188.255	44.319	198.192	41.322
Depreciação e amortização	4.650	4.575	9.285	9.038
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	168.939	28.869	154.056	16.082
Provisão para garantias financeiras prestadas	(2.474)	(4.438)	(4.357)	(8.936)
Provisão para contingências	3.260	3.903	13.645	1.552
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	1.149	1.015	1.149	1.201
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	44	1.077	49	905
Provisão atuarial, líquido de reversões	12.687	9.318	24.365	21.480
(Aumento) / redução de ativos operacionais	(1.367.716)	(1.009.509)	(2.155.269)	(1.701.536)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos fin. Derivativos	(53.745)	(60.574)	129.359	(94.132)
Operações de crédito	(1.312.752)	(932.944)	(2.315.603)	(1.606.802)
Outros instrumentos financeiros	(8.054)	5.971	14.470	3.235
Outros créditos	6.835	(21.962)	16.505	(3.837)
Aumento / (redução) de passivos operacionais	979.554	887.256	1.187.932	1.170.395
Instrumentos financeiros	970.188	831.646	1.596.921	1.340.052
Outras obrigações	60.896	111.643	(81.609)	101.020
Provisões e passivo atuarial	(14.079)	(7.367)	(18.340)	(21.035)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.451)	(48.666)	(309.040)	(249.642)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	71.376	331.068	(48.032)	312.613
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação no intangível	(875)	(1.090)	(1.836)	(3.441)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.132)	(1.127)	(3.428)	(2.371)
Alienação de imobilizado de uso	472	7	488	7
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(2.535)	(2.210)	(4.776)	(5.805)
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	68.841	328.858	(52.808)	306.808
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	952.686	745.477	1.074.335	767.527
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.021.527	1.074.335	1.021.527	1.074.335
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	68.841	328.858	(52.808)	306.808

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Receitas	1.191.289	1.080.672	2.291.749	1.983.440
Intermediação financeira	1.149.614	1.017.254	2.216.418	1.878.281
Prestação de serviços	28.075	23.742	50.352	44.907
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.474	4.438	4.357	8.936
Outras	11.126	35.238	20.622	51.316
Despesas	684.799	470.108	1.135.001	806.045
Despesas de intermediação financeira	505.975	426.689	960.341	762.527
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	168.939	28.869	154.056	16.081
Outras	9.885	14.550	20.604	27.437
Insumos adquiridos de terceiros	78.192	55.175	132.666	100.328
Materiais, energia e outros	70.847	49.432	119.746	90.234
Serviços de terceiros	7.345	5.743	12.920	10.094
Valor adicionado bruto	428.298	555.389	1.024.082	1.077.067
Depreciação e amortização	4.650	4.575	9.285	9.038
Valor adicionado total a distribuir	423.648	550.814	1.014.797	1.068.029
Distribuição do valor adicionado	423.648	550.814	1.014.797	1.068.029
Pessoal	101.241	93.072	194.240	174.074
Remuneração direta	76.357	69.732	145.373	133.278
Benefícios	20.381	19.231	38.900	31.698
FGTS	4.503	4.109	9.967	9.098
Impostos, taxas e contribuições	41.689	226.282	284.152	426.086
Federais	40.260	225.159	281.265	423.435
Estaduais	6	5	49	49
Municipais	1.423	1.118	2.838	2.602
Remuneração de capitais de terceiros	826	749	1.587	1.428
Aluguéis	826	749	1.587	1.428
Remuneração de capitais próprios	279.892	230.711	534.818	466.441
Participação no resultado	3.262	1.042	17.568	16.850
Lucros retidos no período	276.630	229.669	517.250	449.591

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de março de 2024.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja de curto prazo e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do período.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os

valores dos ganhos e perdas, relacionados com a parcela efetiva são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido.

A parcela não efetiva do hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do *hedge*;
- Identificação documental do risco objeto de *hedge* e gerenciamento do risco;
- Classificação e estratégia do *hedge*;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de *hedge*;
- Testes e demonstração da efetividade.

3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base “*pro rata*” dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de “AA” (menor risco) a “H” (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível (“H”), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em “H”. Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

3.8 Imobilizado

Os bens que constituem o ativo imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia

3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 17 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste exercício.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2024, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 17.2, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado e aprovado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o

montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Passivo atuarial

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 18). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.14 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

Item patrimonial - ATIVO	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	91.707	-	108.573	-
Títulos e valores mobiliários	2.950.673	50.824	3.141.159	26.120
Operações de crédito	2.861.634	14.871.595	2.687.358	12.777.321
Outros instrumentos financeiros	67.700	120.724	45.909	156.986
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(102.365)	(315.191)	(71.378)	(239.175)
Rendas a receber	8.344	-	14.843	-
Devedores por depósitos em garantia	-	69.233	-	64.221
Outros créditos	18.985	-	34.189	-
Ativos não financeiros mantidos para venda	25.843	15.331	17.715	23.271
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de outros ativos	(2.115)	(733)	(1.015)	(684)
Créditos tributários	-	315.387	-	258.416
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	40.708	-	40.304
Intangível	-	9.505	-	14.418

Item patrimonial - PASSIVO	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos a prazo	-	78.314	11.832	-
Repasses do país	2.277.997	11.290.424	2.221.964	10.294.739
Empréstimos e repasses do exterior	202.594	1.711.354	140.734	1.227.320
Instrumentos financeiros derivativos	3.257	1.228	2.447	4.036
Fundos financeiros e de desenvolvimento	494.546	-	605.074	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	162.208	-	239.621	-
Outros impostos e contribuições	16.268	-	16.230	-
Outras obrigações	301.645	21.336	61.986	-
Provisão para contingências	-	100.426	-	92.185
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	281	-	4.638
Provisão para pagamentos a efetuar	31.635	-	30.471	-
Passivo atuarial	-	234.705	-	258.802
Obrigações fiscais diferidas	-	68.850	-	48.769

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Disponibilidades	91.707	108.573
Cotas de fundos de investimentos (nota 6)	929.820	965.762
Total	1.021.527	1.074.335

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros do BRDE são todos classificados como de nível de hierarquia 1, onde seus preços são cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

	2023	2022
Carteira própria – nota 6.1	1.679.370	1.757.809
Cotas de fundos de investimentos (nota 5)	929.820	965.762
Cotas de fundos de investimentos – recursos do FSA	392.307	443.708
Total	3.001.497	3.167.279

6.1 Carteira própria

Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento, assim como as ações de companhias abertas.

	2023	2022
Cotas de fundos de investimentos – fundo exclusivo BB (a)	1.177.029	1.312.697
Cotas de fundos de investimentos – fundo CEF	461.764	408.621
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	175	6.244
Cotas de fundos em participações (b)	38.734	27.276
Ações de companhias abertas (c)	1.668	2.971
Total	1.679.370	1.757.809

a) Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 12.090 (2022 – R\$ 11.208) estão caucionados a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	2023	2022
Letras financeiras do tesouro nacional	756.625	710.018
Notas do tesouro nacional-B	287.272	301.267
Letras tesouro nacional	133.074	237.916
Outros títulos	58	63.496
Total do fundo de investimento	1.177.029	1.312.697

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 31 de dezembro a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	3.116
Fundo Criatec III	12.000	11.603	13.539
FIP Anjo Capital Semente	15.000	8.303	9.241
TM3 Capital VC4 FIP Multiestratégia	10.000	7.442	12.777
Criatec 4 ASG FIP Capital Semente	10.000	267	61
Total	48.900	29.515	38.734

c) Os efeitos acumulados decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários.

O BRDE não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria de mantidos até o vencimento, bem como não foram realizadas reclassificações ou alterações de classificações entre categorias, por parte da Administração.

6.2 Instrumentos derivativos

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	2023		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a (pagar)/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
(EUR+Euribor+tx) x (R\$+CDI+tx)	19.638	(4.485)	4.683

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	2023			2022
	Valor da curva	Ajuste de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	15.742	(589)	15.153	24.434
Instrumento	3.887	598	4.485	6.483

O vencimento do objeto e do instrumento de hedge estão a seguir demonstrados:

	2023				2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Total
Objeto	2.249	6.560	6.344	15.153	24.434
Instrumento	1.025	2.232	1.228	4.485	6.483

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, avaliação quanto a estrutura de hedge, revisa periodicamente tal efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Nível de risco	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total	
				2023	2022
AA	553.343	2.353.488	4.199.723	7.106.554	6.732.545
A	1.142.145	3.169.955	3.322.445	7.634.545	6.506.327
B	182.113	1.385.356	405.832	1.973.301	1.340.645
C	36.291	406.998	68.946	512.235	466.766
D	18.100	153.640	24.145	195.885	153.107
E	8.461	10.360	5.288	24.109	54.162
F	4.681	8.789	5.698	19.168	24.053
G	57	21.029	2.445	23.531	18.705
H	56.342	129.564	57.995	243.901	168.369
Total – 2023	2.001.533	7.639.179	8.092.517	17.733.229	-
Total – 2022	788.838	7.235.912	7.439.929	-	15.464.679

7.2 Composição por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2023	2022
Parcelas Vincendas	7.095.759	7.560.629	1.897.906	442.437	121.116	13.533	5.674	17.380	178.508	17.332.942	15.194.015
Até 3 meses	341.382	309.716	67.189	18.887	4.582	1.020	136	65	4.875	747.852	703.170
De 3 a 12 meses	908.192	847.712	183.512	48.775	12.424	1.902	1.022	859	18.316	2.022.714	1.909.912
De 1 a 3 anos	2.028.303	2.042.453	479.102	128.703	28.218	5.567	1.550	3.762	38.316	4.755.974	4.388.661
De 3 a 5 anos	1.470.553	1.674.607	359.362	110.416	23.071	4.020	789	4.100	34.508	3.681.426	3.142.472
Acima de 5 anos	2.347.329	2.686.141	808.741	135.656	52.821	1.024	2.177	8.594	82.493	6.124.976	5.049.800
Operações em curso anormal – com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vencidas	958	2.965	5.770	4.938	4.290	1.367	2.569	1.337	11.273	35.467	25.594
Parcelas Vincendas	9.837	70.951	69.625	64.860	70.479	9.209	10.925	4.814	54.120	364.820	245.070
Até 3 meses	174	728	2.316	2.152	1.823	680	1.013	540	3.925	13.351	11.645
De 3 a 12 meses	1.281	1.543	9.612	6.619	6.530	1.538	2.351	1.493	11.283	42.250	37.037
De 1 a 3 anos	3.202	10.808	18.983	14.912	13.206	3.158	4.668	2.414	20.741	92.092	88.541
De 3 a 5 anos	2.820	13.835	13.795	12.687	9.925	2.281	2.251	367	15.577	73.538	50.920
Acima de 5 anos	2.360	44.037	24.919	28.490	38.995	1.552	642	-	2.594	143.589	56.927
Total da carteira – 2023	7.106.554	7.634.545	1.973.301	512.235	195.885	24.109	19.168	23.531	243.901	17.733.229	-
Carteira normal – 2022	6.728.834	6.481.559	1.280.646	408.431	111.294	20.799	7.433	15.660	139.359	-	15.194.015
Carteira anormal -2022	3.711	24.768	59.999	58.335	41.813	33.363	16.620	3.045	29.010	-	270.664
Total da carteira – 2022	6.732.545	6.506.327	1.340.645	466.766	153.107	54.162	24.053	18.705	168.369	-	15.464.679

7.3 Distribuição por setor de atividade

	2023	%	2022	%
Setor Público	951.453	5,37%	787.818	5,09%
Setor Privado	16.781.776	94,63%	14.676.861	94,91%
Agropecuária	4.581.441	25,83%	3.926.425	25,39%
Indústria	4.242.330	23,92%	3.679.532	23,80%
Infraestrutura	3.610.987	20,36%	3.113.431	20,13%
Comércio	2.645.262	14,92%	2.431.699	15,72%
Turismo	368.423	2,08%	334.819	2,17%
Saúde	200.222	1,13%	199.411	1,29%
Intermediação financeira	197.299	1,11%	186.667	1,21%
Alimentação	79.151	0,45%	108.431	0,70%
Educação	80.809	0,45%	85.169	0,55%
Esportes, recreação e lazer	157.623	0,89%	129.934	0,84%
Serviços	618.229	3,49%	481.343	3,11%
Total da carteira	17.733.229		15.464.679	

7.4 Concentração por cliente

	2023	%	2022	%
Maior cliente	276.670	1,56%	230.804	1,49%
10 seguintes maiores clientes	1.830.707	10,32%	1.573.371	10,17%
20 seguintes maiores clientes	2.083.690	11,75%	1.774.370	11,47%
50 seguintes maiores clientes	2.617.627	14,76%	2.216.894	14,34%
100 seguintes maiores clientes	2.421.293	13,65%	2.126.574	13,75%
Demais clientes	8.503.242	47,96%	7.542.666	48,78%
Total da carteira	17.733.229		15.464.679	

7.5 Receita com operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos	46.893	58.420	100.886	111.696
Financiamentos	511.269	428.626	988.188	762.105
Financiamentos rurais	305.818	249.314	578.917	481.305
Financiamentos agroindustriais	30.597	32.373	53.620	55.960
Repasses interfinanceiros	8.713	11.533	18.850	22.154
Recuperação créditos baixados como prejuízo	95.557	73.643	157.696	136.021
Outros	1.999	1.696	3.710	1.967
Total	1.000.846	855.605	1.901.867	1.571.208

8. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2023	2022
Repasses interfinanceiros	97.000	123.821
Avais e fianças honrados	35.673	13.739
Devedores por compra de bens e valores	55.751	65.335
Total da carteira	188.424	202.895

9. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

9.1 Composição da provisão

Nível de Risco	Provisão para perdas esperadas sobre:				Provisão total	
	Operações Crédito		Repasse	Outros	2023	2022
	Regulamentar	Adicional	Interfinanceiros	Créditos ¹		
A	38.173	-	463	77	38.713	33.200
B	19.733	-	-	32	19.765	13.408
C	15.367	-	-	207	15.574	14.003
D	19.588	9.794	-	-	29.382	24.188
E	7.233	2.411	-	-	9.644	23.926
F	9.584	2.875	-	91	12.550	15.690
G	16.471	5.883	-	-	22.354	17.769
H	243.901	-	-	25.673	269.574	168.369
Total - 2023	370.050	20.963	463	26.080	417.556	-
Total - 2022	284.988	21.355	584	3.626	-	310.553

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

9.2 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	310.553	346.053
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	170.898	99.331
Constituição de provisão por recuperação de crédito	95.484	38.671
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(112.326)	(121.921)
Transferência para compensação	(47.053)	(51.581)
Saldo final do exercício	417.556	310.553

9.3 Renegociação e recuperação de créditos

	2023	2022
Montante renegociado no período	343.602	202.131
Montante recuperado:	157.696	136.021
- Por renegociação	95.484	38.671
- Por recebimento	62.212	97.350

10. OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	2.037	2.135
Pagamentos a ressarcir	4.300	10.769
Pendências a regularizar	1.738	162
Despesas pagas antecipadamente	10.664	11.803
Créditos específicos	-	8.678
Outros	246	642
Total	18.985	34.189

O saldo de créditos específicos refere-se à remuneração das operações do programa PESA devida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

11. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Imobilizado					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
Saldo em 31/12 2022	32.833	6.508	839	124	40.304	14.418
Aquisições	437	3.918	-	423	4.778	1.884
Baixas	(113)	(1.532)	(270)	(22)	(1.937)	(711)
Depreciação/Amortização	(720)	(1.617)	(75)	(25)	(2.437)	(6.086)
Saldo em 31/12/2023	32.437	7.277	494	500	40.708	9.505
Custo aquisição acumulado	44.536	26.718	1.492	2.781	75.527	51.359
Depreciação/Amort. acumulada	(12.099)	(19.441)	(998)	(2.281)	(34.819)	(41.854)

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2048, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	2023			2022	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Do país	2.277.997	6.878.774	4.411.650	13.568.421	12.516.703
BNDES	1.690.451	4.681.256	3.031.248	9.402.955	9.346.744
FINAME	276.626	1.162.109	497.325	1.936.060	1.600.915
FINEP	88.730	455.052	155.478	699.260	333.895
BB	54.721	137.454	99.871	292.046	277.857
CEF	37.397	153.823	404.156	595.376	451.718
FUNGETUR	100.369	273.336	211.217	584.922	493.957
Outros	29.703	15.744	12.355	57.802	11.617
Do exterior	202.594	704.456	1.006.898	1.913.948	1.368.054
AFD	73.685	322.369	527.222	923.276	815.763
CAF	110.167	260.632	32.446	403.245	426.586
BEI	16.437	106.744	153.688	276.869	125.705
NDB	163	7.821	228.350	236.334	-
BID	2.142	6.890	65.192	74.224	-
Total – 2023	2.480.591	7.583.230	5.418.548	15.482.369	-
Total – 2022	2.362.698	6.981.957	4.540.102	-	13.884.757

Sobre as operações com o mercado exterior:

Agence Française de Développement (AFD), New Development Bank (NDB) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

Corporación Andina de Fomento (CAF) – operações de empréstimos com recursos internalizados em reais (*swap offshore*);

European Investment Bank (BEI) – o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou *swap* (nota 6.2). As demais operações são de repasses onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

12.2 Despesa com empréstimos e repasses

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Despesa com repasses do BNDES	273.409	260.704	566.724	542.215
Despesa com repasses da FINAME	84.277	55.603	168.667	98.169
Despesa com repasses da FINEP	11.720	8.227	20.853	15.551
Despesa com repasses do BB	9.284	7.690	18.360	15.108
Despesa com repasses da CEF	22.460	18.378	42.834	33.571
Despesa com repasses de outras instituições do país	20.655	18.788	47.737	42.904
Despesa com repasses do exterior	80.067	53.190	87.357	551
Total	501.872	422.580	952.532	748.069

13. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	2023	2022
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) ⁽¹⁾	391.112	443.630
Ministério do Turismo – FUNGETUR ⁽²⁾	103.434	139.334
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – FUNCAFÉ ⁽²⁾	-	22.110
Total	494.546	605.074

(1) São recursos, geridos pelo BRDE, destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Juros sobre o capital próprio	278.817	-
Participação nos lucros e resultados	11.993	11.519
Honras de fundos garantidores	21.336	19.278
Fornecedores de bens e serviços	4.586	13.021
Valores de mutuários a regularizar ⁽¹⁾	3.657	15.002
Pendências a regularizar	613	151
Outras	1.979	3.015
Total	322.981	61.986

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

15. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição.

Em 31/12/2023, o montante garantido é R\$ 194.619 (2022 – R\$ 159.208) e a provisão é de R\$ 281 (2022 – R\$ 4.638). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2022	Constituição	Atualização	Baixa por:		31/12/2023
				Reversão	Pagamento	
Trabalhistas	32.925	3.683	2.391	(4.589)	(4.135)	30.275
Cíveis	59.260	7.615	4.853	(308)	(1.269)	70.151
Total	92.185	11.298	7.244	(4.897)	(5.404)	100.426

De acordo com a nota 3.12, o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 117.790 (2022 - R\$ 113.080).

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 56.629 (2022 – R\$ 52.404) referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 5.139 (2022 – R\$ 4.755) referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 8.383 (2022 – R\$ 2.101) referem-se a embargos interpostos por mutuários contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 62.213 (2022 – R\$ 57.909). Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 6.434 (2022 – R\$ 3.164).

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 29.528 (2022 – R\$ 27.407).

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

17.1 Cálculo do imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos tributos e participações	271.283	409.002	721.113	802.432
Participações no lucro	(3.262)	(1.042)	(17.568)	(16.850)
Resultado antes dos tributos	268.021	407.960	703.545	785.582
Alíquotas vigentes	45%	45%	45%	45%
IRPJ e CSLL a alíquotas vigentes	(120.609)	(183.582)	(316.596)	(353.512)
Efeitos na apuração dos tributos:				
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(45.021)	13.050	(46.804)	33.947
Juros sobre o capital próprio	125.467	-	125.467	-
Incentivos fiscais	6.084	6.540	6.293	6.606
Outros valores	2.769	3.686	(19)	(3.358)
IRPJ e CSLL corrente	(31.310)	(160.306)	(231.659)	(316.317)
IRPJ e CSLL diferido	39.919	(17.985)	45.364	(19.674)
Total IRPJ e CSLL registrado no resultado	8.609	(178.292)	(186.295)	(335.991)

17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos
a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Reflexo no resultado	220.620	129.931	(64.486)	286.065
Créditos baixados em prejuízo	25.893	18.703	(8.215)	36.381
Provisão para perdas com operações de crédito	124.498	76.543	(36.758)	164.283
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.087	772	(2.733)	126
Provisão para contingências	41.483	6.771	(3.062)	45.192
Provisão para perdas de outros créditos	1.630	11.788	(1.684)	11.734
Provisão para perdas com operações de repasses	263	155	(210)	208
Provisão para desvalorização de outros bens	765	511	-	1.276
Provisão para assistência médica	23.541	6.548	(3.411)	26.678
Provisão para participação nos lucros	-	8.107	(8.107)	-
Licença prêmio em aquisição	154	33	-	187
Insuficiência de depreciação	306	-	(306)	-
Reflexo no patrimônio líquido	37.796	6.658	(15.132)	29.322
Provisão para assistência médica	35.236	5.245	(12.756)	27.725
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.393	339	(135)	1.597
Passivo atuarial PB II	1.167	1.074	(2.241)	-
Total geral – créditos tributários	258.416	136.589	(79.618)	315.387
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Atualização depósitos judiciais	19.441	2.085	-	21.526
Renegociações tributadas por caixa	28.014	24.262	(7.957)	44.319
Recuperação judicial – deferimento	1.314	2.317	(626)	3.005
Total geral – débitos tributários	48.769	28.664	(8.583)	68.850

b) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários			Débitos tributários		
	Valor atual	Valor presente	%	Valor atual	Valor presente	%
2023	99.198	92.369	31,45%	6.307	5.873	9,16%
2024	56.239	48.763	17,83%	28.968	25.117	42,07%
2025	40.391	32.610	12,81%	5.262	4.248	7,64%
2026	36.643	27.548	11,62%	5.292	3.979	7,70%
2027	22.764	15.935	7,22%	8.341	5.839	12,11%
2028 a 2032	60.152	34.941	19,07%	2.955	1.926	4,29%
após 2032	-	-	-	11.725	6.101	17,03%
Total	315.387	252.166		68.850	53.083	

c) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, totalizam R\$ 63.129 (2022 – R\$ 71.228).

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

18.1 Característica dos planos de benefícios**18.1.1 – Planos de benefícios de previdência**

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados integralmente em Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios. Portanto, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para o Banco, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 31/12/2023, o Banco figura como patrocinador de 48 participantes ativos (31/12/2022 - 53), 382 aposentados (31/12/2022 - 385) e 104 pensionistas (31/12/2022 - 98).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2023, o Banco figura como patrocinador de 367 participantes ativos (31/12/2022 - 351), 6 aposentados (31/12/2022 - 6) e 16 pensionistas (31/12/2022 - 17).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

18.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2023, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 828 (31/12/2022 - 839).

18.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

18.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	31/12/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Valor presente das obrigações atuariais	904.980	31.349	234.705	863.959	27.519	258.695
Valor justo dos ativos do plano	(1.153.492)	(31.724)	-	(1.096.242)	(27.412)	-
Déficit (superávit) apurado	(248.512)	(375)	234.705	(232.283)	107	258.695
Efeito no teto do ativo	248.512	375	-	232.283	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	-	234.705	-	107	258.695

18.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	31/12/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Obrigações atuariais no início do período	863.959	27.519	258.695	891.868	24.328	236.420
Custo do serviço corrente líquido	37	1.067	399	53	946	383
Contribuições de participantes realizadas no período	898	-	-	866	-	-
Despesa de juros	91.188	3.128	29.089	93.275	2.806	25.393
Benefícios pagos no período	(79.161)	(1.165)	(17.358)	(74.023)	(1.451)	(18.179)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	-	-	-	9.191	(740)	6.393
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	52.340	3.143	27.038	(60.596)	(2.579)	(334)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência ⁽¹⁾	(24.281)	(2.343)	(63.158)	3.325	4.209	8.619
Obrigações atuariais no fim do período	904.980	31.349	234.705	863.959	27.519	258.695

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, ao aprimoramento na técnica de mensuração dos custos médicos históricos.

18.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	31/12/2023		31/12/2022	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do período	(1.096.242)	(27.412)	(1.062.637)	(23.448)
Benefícios pagos no período	79.161	1.165	74.023	1.451
Contribuições de participante realizadas no período	(898)	-	(866)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(9.787)	(2.150)	(9.322)	(2.123)
Receita de juros	(115.955)	(3.132)	(114.729)	(2.819)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	(9.771)	(195)	17.289	(473)
Valor justo dos ativos no fim do período	(1.153.492)	(31.724)	(1.096.242)	(27.412)

18.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Efeito do teto de ativo no início do período	232.283	170.769	-	-
Despesa de juros	24.302	21.004	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	(8.073)	40.510	375	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	248.512	232.283	375	-

18.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	31/12/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	-	107	258.695	-	880	236.420
Custo do serviço corrente líquido	37	1.067	399	53	946	383
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	91.188	3.128	29.089	93.275	2.806	25.393
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	24.302	-	-	21.004	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(115.955)	(3.132)	-	(114.729)	(2.819)	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(428)	1.063	29.488	(397)	933	25.776
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	28.059	800	(36.120)	(48.080)	890	14.678
Mudanças no efeito do teto do ativo	(8.073)	375	-	40.510	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	(9.771)	(195)	-	17.289	(473)	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	10.215	980	(36.120)	9.719	417	14.678
Contribuições do banco no período	(9.787)	(2.150)	(17.358)	(9.322)	(2.123)	(18.179)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	-	-	234.705	-	107	258.695

18.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%
Renda fixa	81,74%	80,70%	73,53%	71,72%
Renda variável	4,29%	3,97%	7,78%	8,37%
Imobiliário	0,64%	0,66%	0,12%	0,14%
Estruturado	9,27%	8,78%	13,42%	14,14%
Carteira de empréstimos	0,43%	0,41%	1,71%	1,70%
Outros	3,63%	5,48%	3,44%	3,90%

18.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 8,34 anos para o PB I, 14,65 anos para o PB II e 11,87 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto atuarial (real)	5,34%	6,09%	5,47%	6,19%	5,44%	6,21%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,34%	6,09%	5,47%	6,19%	5,44%	6,21%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	3,70%	*	3,70%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%
Inflação esperada	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%
Taxa de desconto nominal	9,45%	11,72%	9,58%	11,83%	9,55%	11,85%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,45%	11,72%	9,58%	11,83%	9,55%	11,85%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,74%	9,21%	*	9,21%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo					
Mortalidade dos inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro				Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
<i>Aging fator</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
<i>Take up</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%

* conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de cargos e salários do BRDE

18.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(34.452)	(2.469)	(12.662)	(3,81%)	(7,88%)	(5,39%)
	redução de 0,5 p.p	36.980	2.930	13.859	4,09%	9,35%	5,90%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	24.138	(217)	12.175	2,67%	0,69%	5,19%
	redução de 1 ano	(24.498)	264	(11.849)	(2,71%)	0,84%	(5,05%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	14.174	-	-	6,04%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(13.055)	-	-	(5,56%)

18.6 Fluxos de caixa futuros

18.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	12-2023	12-2024	12-2023	12-2024	12-2023	12-2024
Contribuições do empregador	9.787	9.078	2.150	2.024	18.179	13.673
Contribuições do participante	898	28	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	79.161	82.393	1.165	1.396	17.358	13.673

18.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	409	8	63
Entre 6 e 10 aos	363	11	56
Após 10 anos	731	100	114

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 2.225.541.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados

e controlados separadamente. Nesse exercício houve aumento de capital nos valores de R\$ 122.832 e R\$ 131.202, oriundos da capitalização do resultado do 2º semestre de 2022 e 1º semestre de 2023, respectivamente.

b. Reservas de lucro

A reserva de lucro é formada pelo montante acumulado de resultados líquidos não distribuídos ou capitalizados. As parcelas não distribuídas ou capitalizadas dos resultados do 2º semestre de 2022 e do 1º semestre de 2023 foram, respectivamente, de R\$ 106.837 e R\$ 109.417.

c. Juros sobre capital próprio

Conforme previsto pela Lei Federal nº 9.249/95, o BRDE apurou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício de 2023 no montante de R\$ 278.817, mediante a aplicação da TJLP acumulada sobre a posição patrimonial dos Estados controladores, excluídos os efeitos de outros resultados abrangentes. A apuração de JCP foi aprovada em 19 de dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração.

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Tarifa de análise	9.356	8.719	17.382	13.708
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	6.309	5.852	13.565	11.649
Tarifa de cadastro	1.589	2.042	2.706	3.121
Tarifa sobre liquidação antecipada	340	1.175	1.123	1.540
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	818	228	1.226	414
Tarifa de elaboração de parecer/laudo/estudo técnico	578	198	1.321	793
Tarifa de prestação de garantias financeiras	1.805	1.767	4.231	4.659
Remuneração administração do FSA	5.832	3.136	6.883	7.695
Outras tarifas	1.448	625	1.915	1.328
Total	28.075	23.742	50.352	44.907

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	3.464	4.439	6.537	12.778
Reversão da provisão de processos trabalhistas	2.808	1.382	4.589	2.493
Reversão de provisão de processos cíveis	219	478	308	631
Reversão de outras provisões	-	-	-	6.945
Atualização de depósitos judiciais	2.448	2.312	5.046	4.581
Venda parcial da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	-	23.857	-	23.857
Outras	1.859	1.478	3.128	3.558
Total	10.798	33.946	19.608	54.843

(1) refere-se a cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

22. DESPESAS COM PESSOAL

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Remuneração	70.769	64.901	135.407	124.134
Encargos sociais	34.588	31.619	65.663	59.215
Benefícios	10.320	9.826	19.922	14.553
Honorários	3.931	3.425	6.804	6.573
Outras despesas	1.998	1.674	3.716	3.022
Total	121.606	111.445	231.512	207.497

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Aluguel, condomínio, água e luz	1.787	1.690	3.617	3.601
Comunicações	801	765	1.602	1.446
Manutenção e conservação de bens	2.114	2.379	4.237	4.555
Processamento de dados	11.308	6.194	19.831	11.430
Promoções e relações públicas	3.276	2.234	4.810	2.965
Publicidade e propaganda	3.727	2.991	4.623	3.802
Serviços do sistema financeiro	787	1.090	1.676	1.755
Serviços de terceiros	1.912	1.531	3.596	2.581
Serviços técnicos especializados	4.139	2.611	6.640	4.787
Vigilância e segurança	640	612	1.239	1.131
Transportes e viagem	3.982	2.418	6.942	4.113
Emolumentos judiciais e cartorários	568	648	1.526	1.475
Despesas estatutárias	2.944	2.361	5.549	4.712
Incentivos fiscais	5.961	6.495	6.060	6.580
Depreciação e amortização	4.650	4.575	9.285	9.038
Outras despesas administrativas	2.586	2.237	4.520	3.748
Total	51.182	40.831	85.753	67.719

24 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
PIS	3.786	3.761	7.541	7.209
COFINS	23.299	23.145	46.403	44.361
ISS	1.412	1.116	2.427	2.089
Outros	1.435	1.595	4.213	3.013
Total	29.932	29.617	60.584	56.672

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022	2023	2022
Obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	8.702	14.550	19.335	25.938
Fiança honrada para cliente em prejuízo	-	2.315	-	5.042
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	13.192	10.089	25.451	22.671
Baixa de ativo a receber ⁽¹⁾	10.242	-	10.242	-
Outras despesas	2.748	457	3.613	4.009
Total	34.884	27.411	58.641	57.660

(1) relativo a valores recebidos a título de equalização de juros de operações de crédito

26. RESULTADO NÃO RECORRENTE

O BRDE compreende que resultado não recorrente é aquele que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e de alguma forma não esteja previsto para ocorrer com eventual frequência nos exercícios futuros.

	2023 ⁽¹⁾	2022
Resultado de atividades recorrentes	517.250	428.744
Majoração da alíquota da CSLL para instituições financeiras	-	(3.010)
Venda de carteira baixada em prejuízo (nota 21)	-	23.857
Resultado de atividades não recorrentes	-	20.847
Resultado líquido	517.250	449.591

(1) no exercício de 2023 não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

27. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre		Exercício	
	2023	2022 reapresentação	2023	2022 reapresentação
Locação de salas	(437)	(423)	(863)	(805)
Ressarcimento de salários	664	718	1.230	1.250
Contribuição patronal	(9.716)	(9.117)	(18.400)	(16.652)
Total	(9.489)	(8.822)	(18.033)	(16.207)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos exercícios findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo	8.645	8.230
Diretoria	7.895	7.481
Conselho de Administração	340	494
Conselho Fiscal	205	89
Comitê de Auditoria	205	166
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	927	25
Total	9.572	8.255

c) Agência de Fomento da Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2023 é de R\$ 4.491 (31/12/2022 – R\$ 7.069).

28. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos baseados em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração, conforme consolidado na Declaração de Apetite por Riscos – RAS do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

O BRDE dispõe ainda de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento de riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas e, com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO) e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um Patrimônio de Referência (PR) suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados pelo risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista ou de poupança, tampouco conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros e de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

29. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958/2021, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	2023	2022
Patrimônio de Referência	4.091.817	3.823.886
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	19.274.061	18.957.393
Risco de Crédito - RWACPAD	17.679.403	17.654.898
Risco de Mercado - RWAMPAD	129.625	81.783
Risco Operacional - RWAOPAD	1.465.033	1.220.712
Índice de Basileia	21,23	20,17

30. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a demanda por financiamentos e a projeção dos juros para 2024 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: cenários de migração considerando o cenário econômico atual e histórico de inadimplência do banco.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;

- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	(20.878)	20.878	(41.756)
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(55.101)	110.202	165.303
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	115.066	125.575	136.034
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	5.021	(5.021)	(10.043)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	10.474	(10.474)	(20.948)

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

Para implementação das alterações trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o BRDE criou uma governança interna específica para acompanhamento, planejamento e gestão dos encaminhamentos necessários, que contemplam alterações e adaptações que serão necessárias no âmbito de rotinas, processos e nos sistemas informatizados da instituição.

DIRETORIA

Diretor-Presidente

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Operações

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR

Diretor de Planejamento

LEONARDO MARANHÃO BUSATTODiretor de Acompanhamento e Recuperação
de Créditos**MAURO MARIANI**

Diretor Financeiro

WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Administrativo

JOÃO BIRAL JUNIOR**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Conselheiros

WAGNER CARLOS AICHNER**LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA****IVAN CESAR RANZOLIN****LEANDRO RIBEIRO MACIEL****FRANCISCO SÉRGIO TURRA****LUÍS CARLOS PRANDINI****FABIANO MEASSI**

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 17.733.229 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 417.556 mil, sendo que durante o ano foram reconhecidas receitas com operações de crédito e reversões de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 1.901.867 mil e R\$ 154.056 mil, respectivamente. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela diretoria do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 234.705 mil, em 31 de dezembro de 2023. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 315.387 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 20 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada', is positioned above the printed name.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS062793/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2023

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2023, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31/12/2023, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e o acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pela empresa de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais. Não tendo sido verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Estudo Técnico dos Créditos Tributários Diferidos de imposto de renda e contribuição social; o Relatório de Administração e Socioambiental; e os Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2023. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 18 de março de 2024.

LAUREN DE VARGAS
MOMBACK:9228038
2091

Assinado de forma digital
por LAUREN DE VARGAS
MOMBACK:92280382091
Dados: 2024.03.18 17:50:58
-03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Coordenadora do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS

EDERSON JOSE
PINHEIRO
COLACO:03475527901

Assinado de forma digital por
EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901
Dados: 2024.03.19 09:45:21
-03'00'

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR

ARTEMIO
ORTIGARA:4772688
1968

Assinado de forma digital por
ARTEMIO ORTIGARA:47726881968
Dados: 2024.03.19 10:03:57 -03'00'

ARTÊMIO ORTIGARA
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 19 de março de 2024.

CICERO ANTONIO
EICH:47887931053

Assinado de forma digital por
CICERO ANTONIO
EICH:47887931053
Dados: 2024.03.19 18:29:21 -03'00'

CÍCERO ANTÔNIO EICH
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do PR

gov.br Documento assinado digitalmente
EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Data: 19/03/2024 18:45:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Conselheiro Fiscal
Representante do RS

gov.br Documento assinado digitalmente
ADALBERTO CERVINO VENTURA
Data: 19/03/2024 20:32:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADALBERTO C VENTURA
Conselheiro Fiscal
Representante de SC